



# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA

Criado pela Lei Municipal n.º 47/1974, de 27 de junho de 1974.

Prata – Paraíba – Quarta-feira, 29 de Junho de 2022.

Tiragem desta edição: 50 exemplares

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 110A/2022

Prata-PB, 29 de junho de 2022.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PRATA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições legais, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município.

**Considerando** que o Processo Administrativo Disciplinar é definido como a sucessão de atos da administração públicos municipais destinados a apurar, apreciar e julgar as condutas funcionais do servidor;

**Considerando** a legislação vigente cria e instaura a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, sob o auspício da Lei Complementar Municipal nº 012, de 16 de abril de 2015;

**Considerando** no que a legislação municipal se apresentar omissa, permite-se aplicação de forma subsidiária da Lei Estadual ou Federal para respaldar sobre o mesmo tema.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar constitui função administrativa inserida na estrutura do regime jurídico dos servidores públicos do município de Prata, para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre revestida, na forma da Lei Complementar Municipal nº 012, de 16 de abril de 2015.

**Art. 2º** - Constituem objetivos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar:

I - zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à ética e à disciplina dos Servidores Público do Município de Prata, Estado da Paraíba;

II - planejar e executar as ações processuais;

III - apurar as denúncias que envolvam irregularidades e ilegalidades relacionadas a condutas transgressoras da Lei Complementar Municipal nº 012, de 16 de abril de 2015.

IV – e no que couber, ao final do processo, opinar pela aplicação de penalidades administrativa de advertência, suspensão e demissão. Ou se for o caso opinar pelo arquivamento da instrução.

**Art. 3º** - São atribuições da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar:

I - apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;

II - exercer suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, realizando as reuniões e as audiências da Comissão em caráter reservado;

III - verificar eventuais impedimentos ou suspeição dos seus membros;

IV- convocar servidores, com ciência do titular da respectiva unidade, e terceiros para promover tomada de depoimentos, acareações, investigações, perícias e sindicâncias, bem como as providências que se fizerem necessárias visando à coleta de provas, propondo a requisição, quando necessário, de técnicos e peritos, de modo a permitir uma completa elucidação dos fatos e das irregularidades administrativas;

V - indiciar servidor, quando for o caso, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, bem como os dispositivos legais ou regulamentares transgredidos, assegurando-lhe ampla defesa;

VI - autorizar vista dos autos e cópias do processo ao acusado ou patrono da defesa;

VII - elaborar relatório conclusivo de processo disciplinar, propondo as providências cabíveis, e apresentá-lo, à autoridade que autorizou a instauração do procedimento, para julgamento; e

VIII - desenvolver quaisquer outras atividades típicas da área que lhe forem determinadas pela autoridade julgadora.

**Art. 4º** - A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar é composta por três membros, observado o pré-requisito elencado no art. 133, da legislação supramencionada, escolhidos entre os servidores do município, abaixo designados:

I – Presidente: CARMEM LUCIA DE FREITAS, matrícula nº 510.146-8;

II – Membro: PAULO FERNANDO DE DEUS RODRIGUES, matrícula nº 510.261-8;

III – Membro: JUNIOR FABIO BEZERRA DE FREITAS, matrícula nº 510.985-7.

§ 1º Os membros da Comissão não poderão estar respondendo a inquérito disciplinar em tramitação ou que não estejam cumprindo pena disciplinar julgada há pelo menos nos últimos 05 (cinco) anos.

§ 2º No curso do mandato de 01 (um) anos, os integrantes da Comissão só poderão ser destituídos em razão de falta grave apurada em processo administrativo disciplinar por Comissão instituída para tal fim.

§ 5º As atividades de apoio administrativo da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar caberá à Secretária de Administração.

**Art. 5º** - A Comissão tem caráter permanente, no curso de seu mandato, funcionando sempre com todos os componentes presentes.

§1º As reuniões da Comissão são marcadas de acordo com o cronograma de trabalho, ou em virtude de formalização de processo de sindicância ou de inquérito administrativo.

§ 2º As decisões são tomadas por maioria de seus integrantes.

**Art. 6º** - Todas as atividades da Comissão serão consignadas em atas da reunião ou deliberação, termos, despachos, bem como memorandos, ofícios e editais com numeração própria, e demais atos correspondentes e sua atuação não pode ser comprovada de outra forma.

**Parágrafo Único.** O Presidente da Comissão pode denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 16 de abril de 2015.

**Art. 7º** - Os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar acumulam as atribuições dos seus respectivos cargos com as funções da Comissão e deverão dedicar-se prioritariamente aos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

**Art. 8º** - Os processos já instaurados por Portaria permanecerão a cargo das Comissões originárias.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 10** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE PRATA,  
Estado da Paraíba, em 29 de junho de 2022.

**GENIVALDO FERNANDES DA SILVA**  
*Prefeito Constitucional*

**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**  
**DIÁRIO OFICIAL**

**Prefeitura Municipal de Prata**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Gerência de Administração**  
**Setor do Diário Oficial do Município**  
**PODER EXECUTIVO**

**GENIVALDO FERNANDES DA SILVA**  
Prefeito Constitucional do Município  
**ANTÔNIO CARLOS BEZERRA DO NASCIMENTO**  
Vice-Prefeito Constitucional do Município  
Chefe de Gabinete do Prefeito  
**MARCILEIDE GUIMARÃES QUIRINO**  
Secretária Municipal de Administração

**GIRLANE FERNANDES DA SILVA**  
Secretário Municipal de Finanças  
**GIRLANE FERNANDES DA SILVA**  
Tesoureiro  
**MARIA SOLANGE DA NÓBREGA CAMBOIM**  
Secretária Municipal de Planejamento, Controle e Urbanismo  
**GILVANEIDE GONÇALVES BEZERRA**  
Secretária Municipal de Ação Social  
**HARON SALVADOR REINALDO**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
**YURI BRITO NUNES DE FARIAS**  
Secretário Municipal de Educação  
**ROSÂNGELA MARIA DA SILVA**  
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes  
**ISADORA DE SOUSA ARAÚJO**  
Secretária Municipal de Saúde  
**EDIMAR FRANCISCO MARCIEL**  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
**RICARDO PETRÔNIO NUNES BEZERRA**  
Procurador Judicial